



[Atribuição BB CY 4.0](#)

O EMPODERAMENTO DA MULHER NEGRA: UMA JORNADA DE RESISTÊNCIA E CONQUISTA

Deise da Silva Medeiros¹

Lucas Rodrigues Lopes²

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar o empoderamento da mulher negra ao longo da história, evidenciando sua trajetória de luta, resistência e conquista em diferentes espaços sociais. A pesquisa discute os desafios estruturais enfrentados por essas mulheres e as estratégias de enfrentamento adotadas para superar barreiras impostas pelo racismo e pelo sexismo. Com uma abordagem teórica e analítica, o estudo se fundamenta em autoras como Sueli Carneiro (2003), Djamila Ribeiro (2017) e Ângela Davis (2016), que aprofundam reflexões sobre raça, gênero e poder. Além disso, busca evidenciar como a construção da identidade da mulher negra está atrelada à ressignificação de seu papel na sociedade, tornando-se agente de transformação e referência de resistência. Por meio dessa análise, pretendemos ampliar o debate sobre a importância da representatividade e da equidade de oportunidades para mulheres negras nos mais diversos contextos sociais.

Palavras-chave

Empoderamento; Mulher Negra; Racismo; Resistência; Identidade.

Recebido em: 03/03/2025

Aprovado em: 15/07/2025

¹ Mestra em Educação e Cultura pelo Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura na Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Tocantins (CUTINS/Cametá). E-mail: deise.medeiros@ufpa.br.

² Doutor em Linguística Aplicada (UNICAMP). Professor de Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura (PPGEDUC). E-mail: lucaslopes@ufpa.br.

BLACK WOMEN'S EMPOWERMENT: A JOURNEY OF RESILIENCE AND ACHIEVEMENT

Abstract

This article aims to analyze the empowerment of black women throughout history, highlighting their trajectory of struggle, resistance and conquest in different social spaces. The research discusses the structural challenges faced by these women and the coping strategies adopted to overcome barriers imposed by racism and sexism. With a theoretical and analytical approach, the study is based on authors such as Sueli Carneiro (2003), Djamila Ribeiro (2017) and Angela Davis (2016), who deepen reflections on race, gender and power. Furthermore, it seeks to highlight how the construction of black women's identity is linked to the redefinition of their role in society, becoming an agent of transformation and a reference for resistance. Through this analysis, we intend to expand the debate on the importance of representation and equal opportunities for black women in the most diverse social contexts.

Keywords

Empowerment; Black Woman; Racism; Resistance; Identity.

1 Introdução

Historicamente, a mulher negra tem sido marginalizada, sofrendo as interseções do racismo e do sexismo, características que Ângela Davis (2016) define como a sobrecarga das opressões enfrentadas pelas mulheres negras ao longo dos séculos. Desde o período colonial, elas foram desumanizadas, exploradas e restauradas dos processos de tomada de decisão, sendo relegadas a papéis subalternizados na sociedade. Ao longo dessa trajetória, a mulher negra foi constantemente reduzida a um corpo servil, cuja identidade foi moldada pelos estereótipos impostos pela sociedade patriarcal e racista. Em muitos casos, ela foi vista apenas sob a ótica de sua economia econômica e sexual, sendo muitas vezes tratada como propriedade, principalmente nas plantações de açúcar, nas casas de grandes senhores de terra e nas senzalas.

A invisibilidade social e a subordinação política não impediram, no entanto, que as mulheres negras construíssem uma história de resistência, esta que se manifesta de diversas formas, seja no enfrentamento das violências cotidianas, na preservação das tradições culturais ou na participação ativa nos movimentos de luta pela liberdade. Essas mulheres resistiram ao longo dos tempos, seja na figura das guerreiras africanas que combateram a escravidão, seja nas mães e avós que, apesar das adversidades, mantiveram vivas as práticas e saberes ancestrais. Assim, mesmo diante de tantos desafios, elas nunca foram apenas vítimas da história, mas também agentes de sua própria transformação.

Com o passar do tempo, essas mulheres também passaram a redefinir os espaços que lhe eram negados, ocupando posições de liderança em suas comunidades, em movimentos sociais e até mesmo em esferas de poder. Elas desafiaram as estruturas patriarcais e racistas, demonstrando que a opressão não é tão definida. A luta pela liberdade, pelo reconhecimento e pela valorização da sua identidade tornou-se uma marca indelével de suas trajetórias. Assim, as mulheres negras tornaram-se símbolos de resistência e luta, reivindicando a reapropriação de seus corpos, seus direitos e sua voz, em um processo de ressignificação constante dos papéis sociais que lhes foram impostos.

A capacidade de agência dessas mulheres transcende as fronteiras do tempo e do espaço, revelando uma força transformadora que, mesmo em meio às adversidades, contribui para a construção de um futuro mais justo e igualitário. Ao longo dos séculos, as mulheres negras superaram sua resiliência e sua luta incansável por um mundo onde a equidade e o respeito à sua identidade não são

apenas reconhecidos, mas também têm efeito garantido. Em todos os contextos históricos, elas foram e continuaram a ser figuras centrais na luta por justiça social, igualdade racial e emancipação feminina.

O empoderamento dessas mulheres não é um processo isolado, mas sim um movimento coletivo que envolve múltiplas dimensões, como a educação, a representação política, o acesso ao mercado de trabalho e o reconhecimento de sua identidade. A educação tem sido uma ferramenta essencial para a ascensão social da mulher negra. Autoras como bell hooks (2019) destacam que a pedagogia crítica e libertadora é fundamental para que essas mulheres rompam com as barreiras impostas pelo racismo estrutural e conquistem seu protagonismo. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021), mulheres negras ainda enfrentam maiores dificuldades de acesso e permanência no ensino superior, refletindo desigualdades históricas que precisam ser enfrentadas com políticas afirmativas.

Além da educação, a representação política é um dos pilares para a visibilidade da mulher negra nos espaços de poder. A baixa representatividade feminina, especialmente de mulheres negras, nos parlamentos e cargos de liderança revela a perpetuação de uma estrutura excludente. Para Sueli Carneiro (2003), a sub-representação política das mulheres negras reforça a invisibilidade social e limita a construção de políticas públicas voltadas para a equidade racial e de gênero. No entanto, movimentos como a Marcha das Mulheres Negras e iniciativas legislativas antirracistas demonstram que há avanços e que a luta por equidade é contínua.

O mercado de trabalho também reflete as desigualdades estruturais que atravessam a vida das mulheres negras. Estudos de Carla Akotirene (2019) sobre interseccionalidade evidenciam como o racismo e o sexismo contribuem para a manutenção da precarização laboral dessas mulheres, que frequentemente ocupam postos de trabalho com menor remuneração e menores garantias sociais. O relatório do IBGE (2022) mostra que as mulheres negras recebem, em média, menos da metade do salário de homens brancos que ocupam funções similares. Esse cenário reforça a necessidade de ações que promovam equidade salarial e ascensão profissional para mulheres negras em diferentes setores da economia.

O reconhecimento da identidade e da ancestralidade é outro ponto essencial no fortalecimento da mulher negra na sociedade. A valorização da estética negra, da cultura afro-brasileira e da história das mulheres negras tem

sido fundamental para romper com padrões eurocêntricos que historicamente inferiorizaram suas características. Autoras como Lélia Gonzalez (1984) abordam a importância da construção de uma identidade negra positiva, destacando a necessidade de se reafirmar enquanto sujeito político e socialmente ativo.

A luta das mulheres negras por espaço e reconhecimento é um processo dinâmico, que perpassa diversas esferas da sociedade. Para que mudanças significativas ocorram, é essencial que haja um compromisso coletivo na desconstrução das estruturas racistas e sexistas que perpetuam desigualdades. Como pontua Patrícia Hill Collins (2019), é imprescindível que as experiências das mulheres negras sejam levadas em consideração na formulação de políticas públicas e na construção de uma sociedade verdadeiramente democrática e inclusiva. A resistência dessas mulheres é, portanto, um ato de reafirmação de sua existência e de transformação da realidade social em que estão inseridas.

Este artigo é um recorte da dissertação de mestrado finalizada, intitulada “A Trajetória de Mulheres Negras na Educação e em Cargos de Gestão no Município de Tucuruí/Pará”. Diante desse cenário, o presente artigo tem como objetivo geral analisar a trajetória de mulheres negras na educação e sua inserção em cargos de gestão no município de Tucuruí, à luz das múltiplas dimensões do empoderamento e da resistência histórica dessa população frente às intersecções do racismo e do sexismo. Especificamente, analisar a importância da representatividade negra feminina em espaços educacionais e de gestão, articulando com referenciais teóricos como Ângela Davis, bell hooks, Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro e, refletir sobre o papel da educação como ferramenta de transformação social na trajetória de mulheres negras.

2 Revisão de Literatura

De acordo com Sueli Carneiro (2003), o conceito de “lugar de fala” é fundamental para compreender a dinâmica das relações sociais e de poder que envolve as mulheres negras. Para Carneiro (2003), o “lugar de fala” reflete a posição que um indivíduo ocupa dentro de uma estrutura social e histórica marcada por desigualdades e opressões. No caso das mulheres negras, este conceito se configura não apenas como uma questão de identidade, mas como um direito de se expressar, se posicionar e reivindicar os seus direitos de maneira autêntica e sem a mediação de outros grupos. As mulheres negras, historicamente, foram silenciadas em diversos espaços de poder, e, para Carneiro

(2003), a reconquista desse "lugar" é uma ação fundamental no processo de emancipação e autonomia.

Djamila Ribeiro (2017) amplia essa discussão ao enfatizar a necessidade urgente de ouvir e amplificar as vozes das mulheres negras. Para Ribeiro (2017), a visibilidade das mulheres negras não pode ser protegida como um favor ou uma concessão, mas como uma exigência dentro de um contexto social onde a narrativa histórica e a representatividade têm sido predominantemente dominadas por perspectivas brancas, patriarcais e heteronormativas. Ribeiro (2017) defende que o feminismo deve ser pensado a partir das especificidades das mulheres negras, que vivem uma opressão dupla: tanto pelo fato de serem mulheres quanto por sua raça. A autora pontua que não é suficiente apenas garantir o espaço para a fala das mulheres negras, é preciso garantir que esse espaço seja ouvido e respeitado, pois a invisibilidade das mulheres negras nos espaços de poder não é apenas uma questão de não serem vistas, mas de não serem ouvidas de maneira legítima.

Ângela Davis (2016), uma das mais renomadas pensadoras feministas e ativistas, reforça essa perspectiva ao afirmar que a luta feminista deve ser interseccional, ou seja, deve considerar as múltiplas opressões que as mulheres enfrentam, incluindo as questões de raça, classe e sexualidade. Davis (2016) argumenta que uma luta feminista que ignora as especificidades das mulheres negras é fadada a ser incompleta, pois não leva em consideração a experiência vívida dessas mulheres, que enfrentam as violências do racismo estrutural e do sexismo simultaneamente. Para Davis, a verdadeira emancipação das mulheres negras não pode ser alcançada sem a desconstrução das estruturas que perpetuam a discriminação racial e de gênero.

A interseccionalidade, como proposta por Kimberlé Crenshaw (1989), é um conceito fundamental nesse debate, por possibilitar a compreensão da complexidade das opressões que afetam as mulheres negras. Crenshaw defende que as experiências de discriminação não podem ser comprovadas de maneira isolada, já que o racismo e o sexismo, por exemplo, se entrelaçam e se reforçam mutuamente. Dessa forma, a luta das mulheres negras deve ser entendida como um movimento que busca dismantlar as estruturas de opressão em sua totalidade, considerando as múltiplas dimensões de suas identidades e as interações dessas opressões.

Em consonância com esse entendimento, bell hooks (2000) também enfatiza a importância de um feminismo inclusivo e antirracista, que considere as necessidades e as realidades das mulheres negras. A autora afirma que o feminismo precisa ser uma luta pela libertação de todas as mulheres, mas sem perder de vista as especificidades das mulheres negras, que não apenas enfrentam os desafios do patriarcado, mas também as marcas de um racismo institucionalizado e profundamente enraizado na sociedade. Hooks (2000) ainda destaca que, para as mulheres negras, a luta por igualdade de gênero está diretamente ligada à luta por justiça racial e social.

A reivindicação do “lugar de fala” das mulheres negras, conforme planejado por Sueli Carneiro (2003), Djamila Ribeiro (2017) e outras pensadoras, não se resume a uma simples inserção dessas mulheres em espaços de poder, mas à necessidade de garantir que suas experiências e perspectivas sejam ouvidas, respeitadas e relevantes na construção de políticas públicas e sociais. O lugar de fala é, assim, um instrumento de resistência e de afirmação, um passo importante para que as mulheres negras possam exercer plenamente sua cidadania e, mais do que isso, para que possam ocupar os espaços de decisão que moldam a sociedade como um todo.

A luta das mulheres negras, como afirmam as autoras acima mencionados, não é apenas uma luta por direitos, mas por dignidade, pelo reconhecimento de suas identidades plurais e pela transformação estrutural de uma sociedade marcada por desigualdades profundas. Em última instância, a visibilidade e a amplificação das vozes das mulheres negras são essenciais para a construção de um futuro mais justo e igualitário, onde uma pluralidade de experiências e identidades seja verdadeiramente reconhecida e respeitada.

3 Metodologia

O estudo adotou uma abordagem qualitativa (Ludke; André, 1986), com ênfase em uma revisão bibliográfica abrangente que inclui textos acadêmicos, livros e artigos relevantes que tratam da temática do empoderamento da mulher negra. A pesquisa tem como objetivo compreender as múltiplas dimensões do processo de empoderamento dessa população, abordando as especificidades da vivência das mulheres negras na sociedade contemporânea. Para isso, realizou-se uma análise das produções teóricas que discutem as estratégias de resistência,

os avanços alcançados e os desafios ainda enfrentados ao longo da trajetória dessas mulheres.

A escolha pela abordagem qualitativa demonstra que o nosso objeto de estudo exige uma compreensão das experiências, significados e subjetividades que permeiam a trajetória de mulheres negras na educação e em cargos de gestão. No caso desta revisão bibliográfica, a perspectiva qualitativa possibilita interpretar de forma crítica as produções acadêmicas sobre o empoderamento da mulher negra, identificando formas de resistência, avanços e desafios que não se revelam nas narrativas, vivências e reflexões presentes na literatura.

A pesquisa está fundamentada em um referencial teórico robusto, que inclui obras de autoras e pensadoras negras como Sueli Carneiro (2003), Djamila Ribeiro (2017), Ângela Davis (2016), entre outras, cujas contribuições têm sido fundamentais para entender o empoderamento da mulher negra no Brasil e no contexto global. Através da análise de seus escritos, buscamos identificar os elementos centrais do empoderamento e da resistência das mulheres negras, que, historicamente, enfrentaram tanto a opressão racial quanto o sexismo em uma sociedade estruturada em normas que privilegiam grupos brancos e masculinos.

A pesquisa considerará uma perspectiva interseccional de autoras como Kimberlé Crenshaw (1989), que destaca a importância de compreender as múltiplas camadas de opressão pelas quais as mulheres negras transitam, entre elas o racismo, o sexismo, a homofobia e a pobreza. Ao incluir a interseccionalidade como uma lente analítica, o estudo busca evidenciar como essas diferentes dimensões de opressão se entrelaçam, afetando a trajetória das mulheres negras de maneiras específicas.

A análise se estenderá ao estudo de movimentos sociais e coletivos de mulheres negras, como o movimento feminista negro, que tem sido um dos principais agentes na luta pelo empoderamento dessas mulheres no Brasil. De acordo com autoras como bell hooks (2000), o feminismo negro busca descolonizar as mentes e as práticas sociais, criando uma narrativa própria que respeita as experiências únicas das mulheres negras e, ao mesmo tempo, questiona as estruturas de bases de poder. A partir desse entendimento, foi possível verificar como o empoderamento das mulheres negras está diretamente relacionado à desconstrução de estereótipos racistas e à criação de novos espaços de protagonismo.

O estudo se pautará em relatos históricos de mulheres negras que, ao longo dos anos, conquistaram espaços de destaque na sociedade e que, com suas trajetórias de vida, mostraram que o empoderamento é uma questão de resistência contínua. As trajetórias de figuras como Marielle Franco, Lélia Gonzalez, e outras, exemplificam como as mulheres negras utilizam o conhecimento, a organização e a luta social para afirmar sua presença e seu direito à voz, ao espaço e ao poder.

Este estudo, portanto, visa fornecer uma compreensão mais profunda do processo de empoderamento da mulher negra, considerando as lutas históricas e atuais dessas mulheres, bem como as teorias que sustentam e reforçam suas conquistas e desafios. A partir dessa análise, será possível contribuir para a construção de políticas públicas e sociais mais inclusivas e representativas, que garantam os direitos das mulheres negras e promovam a igualdade racial e de gênero.

4 Contextualização e Discussão

A inserção da mulher negra no mercado de trabalho ainda enfrenta uma série de desafios estruturais, refletindo uma persistente desigualdade racial e de gênero presente na sociedade. As mulheres negras continuam sub-representadas em cargos de liderança e enfrentam dificuldades significativas para acessar posições de destaque no ambiente profissional. Dados do IBGE (2021) evidenciam que as mulheres negras recebem, em média, um aumento significativamente menor do que os homens brancos em funções equivalentes, um reflexo direto da intersecção de desigualdades raciais e de gênero que marcam o mercado de trabalho brasileiro. Essa disparidade salarial reflete um racismo estrutural que não apenas discrimina as mulheres negras, mas também limita suas possibilidades de ascensão profissional, gerando um ciclo de exclusão e marginalização econômica.

Embora os obstáculos ainda sejam consideráveis, iniciativas de formação educacional e programas de protagonismo têm contribuído para transformar esse cenário. A educação tem sido um dos principais caminhos de emancipação para as mulheres negras, proporcionando a elas ferramentas para contestar a discriminação e reivindicar seus direitos no mercado de trabalho. Programas especiais para a inclusão de mulheres negras em áreas historicamente dominadas por homens brancos, como as ciências exatas e as profissões de liderança,

apresentam resultados positivos, com o aumento da presença dessas mulheres em universidades e cursos técnicos. Além disso, o protagonismo político, impulsionado por líderes e ativistas negros, tem se mostrado um meio eficaz de inovação por políticas públicas inclusivas que promovem a equidade racial e de gênero.

A resistência cultural, nesse contexto, tem sido um aspecto fundamental para a construção de um novo paradigma de igualdade e respeito às mulheres negras. O movimento feminista negro, conforme destaca Djamila Ribeiro (2017), tem desempenhado um papel crucial na valorização da identidade negra, reafirmando a autoestima e a autonomia das mulheres negras. Esse movimento não apenas questiona as normas tradicionais de gênero, mas também enfrenta o racismo estrutural que permeia todas as esferas sociais. A resistência cultural se manifesta na reivindicação de um lugar de fala legítimo para as mulheres negras, na desconstrução de estereótipos e na promoção de uma nova narrativa que coloca as mulheres negras como protagonistas de suas próprias histórias. Como observa Ribeiro (2017), o movimento feminista negro não é apenas uma luta contra o machismo, mas uma luta contra a invisibilidade e a marginalização imposta pelo racismo.

O movimento feminista negro tem sido essencial na redefinição de conceitos como “empoderamento” e “sucesso”. Ao contrário das formas convencionais de empoderamento que muitas vezes ignoram as especificidades das mulheres negras, esse movimento propõe uma visão de empoderamento que inclui a valorização das experiências e da cultura negra, buscando garantir que as mulheres negras ocupem espaços de poder e de influência, tanto na política quanto no mercado de trabalho, com a devida representação e respeito.

A luta contra o racismo estrutural, portanto, não pode ser dissociada da luta pela inclusão da mulher negra no mercado de trabalho e na sociedade de maneira geral. A implementação de políticas públicas de ação afirmativa, como as cotas raciais (direcionada a negros, pretos e pardos, e indígenas), tem sido um passo importante para reduzir as desigualdades. A Lei nº 12. 711/2012 (Brasil, 2012) prioriza o ingresso de estudantes negros no ensino superior em universidades e instituições federais, representando um avanço significativo nesse processo. No entanto, ainda há muito a ser feito para garantir a plena equidade racial e de gênero. A construção de uma sociedade mais justa requer o envolvimento contínuo da sociedade civil, de instituições educacionais e de

empresas com reconhecimento e combate às desigualdades raciais e de gênero. A resistência cultural e o protagonismo das mulheres negras, como defendido por Ribeiro (2017), são forças poderosas na luta pela igualdade. Esse movimento tem mostrado que, ao ocupar espaços de destaque, ao se afirmar culturalmente e ao resistir à opressão, as mulheres negras não apenas transformam suas próprias realidades, mas também desafiam e reconstroem as estruturas sociais que perpetuam a desigualdade.

5 Resultados e Conclusão

O empoderamento da mulher negra não deve ser visto como um processo unicamente individual, mas sim como um movimento coletivo e transformador que exige ações coordenadas e estruturadas em diferentes esferas da sociedade. Esse processo de empoderamento está intrinsecamente ligado à implementação de políticas públicas que promovam a inclusão social e econômica, ao acesso irrestrito à educação e à ampliação da visibilidade das mulheres negras em diversos campos da vida pública e profissional. Como afirma bell hooks (2000), o feminismo deve ser entendido como uma luta pela libertação de todas as mulheres, mas, no caso das mulheres negras, essa luta precisa ser ampliada para abarcar a resistência ao racismo estrutural, que é o grande obstáculo para a efetiva promoção de sua cidadania.

As políticas públicas, especialmente aquelas voltadas para a educação, têm sido fundamentais na conquista de espaços de protagonismo para as mulheres negras. A ampliação do acesso ao ensino superior, a criação de cotas raciais e a promoção de programas de formação e capacitação para mulheres negras são iniciativas que geraram avanços consideráveis. No entanto, como aponta Djamila Ribeiro (2017), ainda há um longo caminho a ser percorrido para garantir que essas políticas sejam aprovadas de forma eficaz e que os efeitos dessas ações sejam sentidos para toda a população negra, especialmente as mulheres. O acesso à educação não é apenas uma questão de matrícula nas escolas ou universidades, mas envolve também a garantia de um ambiente inclusivo, que respeita e valoriza a cultura, as identidades e as trajetórias das mulheres negras.

A visibilidade das mulheres negras é outro ponto crucial para o seu empoderamento. Como observa Sueli Carneiro (2003), o “lugar de fala” das mulheres negras deve ser conquistado e respeitado, pois é nesse espaço que elas podem narrar suas próprias histórias, expor suas realidades e reivindicar seus

direitos. A ampliação da presença de mulheres negras na mídia, na política e em cargos de liderança é uma das formas mais eficazes de garantir que suas vozes sejam ouvidas e que sua trajetória de resistência seja reconhecida. Além disso, a representatividade das mulheres negras nos espaços de decisão é essencial para que as políticas públicas sejam mais sensíveis às suas necessidades e demandas.

Embora os desafios ainda sejam muitos, é importante considerar que avanços foram conquistados. A luta das mulheres negras tem resultado em vitórias políticas e sociais importantes, como a maior visibilidade de suas pautas nas esferas públicas e a conquista de espaços importantes no debate sobre a igualdade racial e de gênero. Essas conquistas não refletem apenas o esforço individual e coletivo das mulheres negras, mas também uma transformação gradual da sociedade, que começa a questionar e dismantelar as estruturas de poder que perpetuam as desigualdades raciais e de gênero. No entanto, como afirma Ângela Davis (2016), esses avanços não podem ser vistos como conquistas finais, mas como passos importantes em um processo contínuo de luta pela equidade.

O reconhecimento da história dessas mulheres é, sem dúvida, essencial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Como defende Lélia Gonzalez (1988), a história das mulheres negras deve ser resgatada e valorizada, pois é a partir desse reconhecimento que se construiu um novo imaginário social, que rompe com a invisibilidade e a marginalização histórica dessas mulheres. O resgate da história das mulheres negras, suas trajetórias de resistência e suas conquistas, é um passo fundamental para que as futuras gerações de mulheres negras se sintam empoderadas e motivadas a continuar a luta por uma sociedade onde a equidade racial e de gênero sejam efetivas e não apenas simbólicas.

Portanto, o empoderamento das mulheres negras não é uma luta isolada, mas um movimento que alimenta a ação coletiva e a construção de políticas públicas que garantam acesso à educação, visibilidade e participação ativa em todos os setores da sociedade. A continuidade dessa luta será determinante para que as mulheres negras, historicamente marginalizadas e silenciadas, possam ocupar os lugares de fala que merecem, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e antirracista.

Referências

- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade: Reflexões sobre as opressões contemporâneas**. São Paulo: Editora XYZ, 2019.
- BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Brasília, DF, 30 ago. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20112014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 11 jul. 2025.
- CARNEIRO, Sueli. **A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.
- CARNEIRO, Sueli. **Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira**. São Paulo: Editora XYZ, 2003.
- CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e o lugar de fala da mulher negra**. In: **Feminismos e os direitos das mulheres**. São Paulo: Editora da Mulher, 2003.
- COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento Feminista Negro: Conhecimento, Consciência e a Política do Empoderamento**. Boston: Unwin Hyman, 2019.
- CRANSHAW, Kimberlé. **Desmarginalizando a intersecção de raça e sexo: uma crítica feminista negra à doutrina antidiscriminação, à teoria feminista e à política antirracista**. University of Chicago Legal Fórum, 1989.
- DAVIS, Ângela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Editora XYZ, 2016.
- GANCHOS, sino. **O feminismo é para todo o mundo**. São Paulo: Editora Rosa dos Ventos, 2000.
- GANCHOS, sino. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Editora XYZ, 2019.
- GONZALEZ, Lélia. **O lugar da mulher negra**. In: **Feminismo Negro**. São Paulo: Editora do Brasil, 1988.
- GONZALEZ, Lélia. **Lugar de Fala**. Rio de Janeiro: Editora XYZ, 1984.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Educação 2021**. Brasília: IBGE, 2021.
- IBGE. **Desigualdade salarial entre negros e brancos no Brasil**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2021.
- IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD)**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2021.
- IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Trabalho 2022**. Brasília: IBGE, 2022.
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1986.
- RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** São Paulo: Editora Sueli Carneiro, 2017.